

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Nos itens que avaliem **conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS GERAIS --

Texto CG1A1-I

Entre 2016 e 2020, 35 mil crianças e adolescentes de 0 a 19 anos de idade foram mortos de forma violenta no Brasil — uma média de 7 mil por ano. Além disso, de 2017 a 2020, 180 mil sofreram violência sexual — uma média de 45 mil por ano. É o que revela o documento **Panorama da Violência Letal e Sexual contra Crianças e Adolescentes no Brasil**, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

Segundo o documento, a violência se dá de forma diferente de acordo com a idade da vítima. Crianças morrem, com frequência, em decorrência da violência doméstica, perpetrada por um agressor conhecido. O mesmo vale para a violência sexual contra elas, cometida dentro de casa, por pessoas próximas. Já os adolescentes morrem, majoritariamente, fora de casa, vítimas da violência armada urbana e do racismo.

Conforme os dados constantes no referido documento, a maioria das vítimas de mortes violentas é adolescente. Das 35 mil mortes violentas de pessoas com idade até 19 anos identificadas entre 2016 e 2020, mais de 31 mil tinham idade entre 15 e 19 anos. A violência letal, nos estados com dados disponíveis para a série histórica, teve um pico entre 2016 e 2017, e vem caindo, voltando aos patamares dos anos anteriores. Ao mesmo tempo, o número de crianças de até 4 anos de idade vítimas de violência letal aumenta, o que traz um sinal de alerta.

“A violência contra a criança acontece, principalmente, em casa. A violência contra adolescentes acontece na rua, com foco em meninos negros. Embora sejam fenômenos complementares e simultâneos, é crucial entendê-los também em suas diferenças, para desenhar políticas públicas efetivas de prevenção e resposta às violências”, afirma Florence Bauer, representante do UNICEF no Brasil.

Os dados publicados no panorama foram obtidos pelo FBSP, por meio da Lei de Acesso à Informação. Foram solicitados a cada estado brasileiro os dados de boletins de ocorrência dos últimos cinco anos, referentes a mortes violentas intencionais (homicídio doloso; feminicídio; latrocínio; lesão corporal seguida de morte; e mortes decorrentes de intervenção policial) e violência sexual (estupros e estupros de vulneráveis) contra crianças e adolescentes. Essas informações não são sistematicamente reunidas e padronizadas, tratando-se, portanto, de uma análise inédita e essencial para a prevenção e a resposta à violência contra meninas e meninos.

Internet: <www.unicef.org> (com adaptações).

Em relação às ideias veiculadas no texto CG1A1-I, julgue os itens que se seguem.

- 1 Infere-se das informações do texto que, de acordo com o documento mencionado, desde 2018 o número de crianças de até 4 anos de idade mortas em decorrência de violência tem sido maior que o número de adolescentes mortos na mesma circunstância.
- 2 De acordo com a citação apresentada no quarto parágrafo, a efetividade das políticas públicas voltadas para o combate à violência contra crianças e à violência contra adolescentes está relacionada ao entendimento das diferenças existentes entre essas duas formas de violência.
- 3 Com base no referido documento do UNICEF e do FBSP, o texto mostra que a violência sofrida pelos adolescentes, diferentemente daquela sofrida pelas crianças, tem origem predominantemente fora do ambiente doméstico.

A respeito de aspectos gramaticais e semânticos do texto CG1A1-I, julgue os itens subsequentes.

- 4 O período “Crianças morrem, com frequência, em decorrência da violência doméstica, perpetrada por um agressor conhecido.” (segundo parágrafo) poderia ser reescrito, com manutenção das ideias e da correção gramatical do texto, da seguinte forma: **Crianças morrem, frequentemente, decorrente da violência doméstica, cujo agressor é conhecido.**
- 5 No segundo período do quinto parágrafo, a substituição da locução verbal “Foram solicitados” pela forma correspondente no singular — **Foi solicitado** — prejudicaria a correção gramatical do texto.
- 6 Estariam preservadas a correção gramatical e a coerência da organização das ideias do segundo parágrafo caso os dois primeiros períodos fossem unidos em um só, substituindo-se o ponto que segue a palavra “vítima” (primeiro período) por vírgula, desde que feitos os devidos ajustes de maiúscula e minúscula.
- 7 A forma verbal “teve” (terceiro período do terceiro parágrafo) veicula, no texto, o mesmo sentido de **aconteceu**.
- 8 A substituição da locução verbal “vem caindo” (terceiro período do terceiro parágrafo) por **tornou a cair** manteria a correção gramatical do texto, mas não os seus sentidos.
- 9 No último período do texto, o termo “Essas informações” exerce a função de sujeito das orações expressas pelas formas verbais “são” e “tratando-se”.
- 10 A substituição da expressão “Ao mesmo tempo” (último período do terceiro parágrafo) por **Ao passo que** prejudicaria a coesão e a correção gramatical do texto.

Texto CG1A1-II

O ordenamento jurídico pátrio, embasado pela Constituição Federal de 1988, apresenta capítulo próprio para a defesa do meio ambiente — algo que nunca havia ocorrido antes na história das constituições brasileiras. O artigo 225 da Carta Magna transmite a ideia da imprescindibilidade de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, criando o dever, tanto para o poder público quanto para a coletividade, de sua preservação. Esse comando é subjacente a todas as relações da República, sejam elas travadas sob a ordem econômico-financeira, sejam elas derivadas da gestão de direitos e garantias individuais e coletivos. Ou seja, tudo deverá passar pelo crivo do meio ambiente sadio e equilibrado para a presente e as futuras gerações.

O Supremo Tribunal Federal, por sua vez, aduziu a interpretação de que o meio ambiente ecologicamente equilibrado inscrito na Carta Cidadã faz parte do rol de cláusulas pétreas, mas, por não estar contido no parágrafo 4.º do artigo 60, é tido como uma cláusula pétrea heterotópica, pela sua posição topográfica em outro capítulo. Diante disso, consagra-se que toda atividade passível de gerar impacto no meio ambiente deverá ser bem discutida, de modo a evitar quaisquer interferências negativas ao equilíbrio ambiental. Além disso, inúmeros princípios foram pulverizados nas legislações esparsas que dão supedâneo ao compromisso inarredável de um meio ambiente livre e contínuo em sua função.

Mais recentemente, o legislador ordinário, na esteira da campanha internacional para com os cuidados do meio ambiente e dos animais, acrescentou novos parágrafos ao art. 32 da Lei n.º 9.605/1998 (que dispõe sobre penalidades às ações lesivas ao meio ambiente), por meio da Lei n.º 14.064/2020. Com isso, trouxe o aumento de pena para os atos de maus-tratos, ferimentos, mutilações, entre outros, contra cães e gatos. Uma inovação na matéria, pois confere proteção específica, de forma exclusiva e precisa, a dois animais domesticáveis que fazem parte da convivência de uma grande parcela do povo brasileiro.

Primeiramente, é imprescindível analisar tal sanção no que se refere aos animais silvestres, domésticos ou domesticados (da nossa fauna ou de outros países, mas que aqui se encontrem), sem a especificação de nenhuma espécie, nenhum epíteto. Ora, a pena é de detenção, de três meses a um ano, e multa. No entanto, com o parágrafo 1.º-A, há uma rotação inevitável de aumento de pena para tais condutas quando estas forem desferidas contra cães e gatos, e uma sanção de reclusão, de dois anos a cinco anos, multa e proibição da guarda. Certamente, trata-se de situação peculiar e que traz implicações de várias searas ao ordenamento jurídico.

Internet: <<https://jus.com.br/>> (com adaptações).

Com base nas ideias do texto CG1A1-II, julgue os itens seguintes.

- 11 O texto trata da presença da questão ambiental na Constituição Federal de 1988 como um avanço em relação às constituições brasileiras anteriores.
- 12 Destaca-se, no texto, uma crítica à localização do capítulo referente ao meio ambiente na Constituição Federal de 1988, uma vez que a questão não é inserida no rol de cláusulas pétreas presente no artigo 60.
- 13 Evidencia-se, no texto, a ideia de que, não fosse o tratamento dado à questão ambiental na Constituição Federal de 1988, o meio ambiente sadio e equilibrado para a presente e para as futuras gerações estaria seriamente ameaçado.

Julgue os seguintes itens, que se referem a aspectos linguísticos do texto CG1A1-II.

- 14 No primeiro parágrafo, o vocábulo “subjacente” (terceiro período) indica a forma não explícita como o crivo do meio ambiente sadio e equilibrado para a presente e as futuras gerações está presente em todas as relações da República.
- 15 A expressão “para com os cuidados” (primeiro período do terceiro parágrafo) poderia ser substituída por **que visa aos cuidados**, sem prejuízo da correção gramatical e da coerência do texto.
- 16 No primeiro período do último parágrafo, a expressão “nenhum epíteto” reforça a ideia do termo “nenhuma espécie”, visto que ambos apresentam o mesmo sentido no texto.
- 17 O vocábulo “implicâncias” (último período do último parágrafo) tem, no texto, o mesmo sentido de **implicações**.
- 18 Caso a expressão “a todas” fosse suprimida do terceiro período do primeiro parágrafo, o sinal indicativo de crase deveria ser necessariamente empregado no vocábulo “as” que precede “relações”, para que a correção gramatical do texto fosse mantida.
- 19 A supressão das vírgulas que isolam a expressão “entre outros” (segundo período do terceiro parágrafo) manteria a correção gramatical do texto.
- 20 A correção gramatical do texto seria prejudicada caso o segmento “no meio ambiente” (segundo período do segundo parágrafo) fosse substituído por **sobre o meio ambiente**.

Julgue os próximos itens, relativos a procedimentos associados a Internet/*intranet* e ao sistema operacional Windows.

- 21 Caso se pretenda criar uma rede de acesso específico e restrito a uma delegacia com três departamentos, é descabida a utilização de uma *intranet*, pois ela é restrita a um único departamento, sendo necessárias, nessa situação, três redes *intranets* — uma para cada departamento — ou uma *extranet* que ligue os três departamentos.
- 22 Considere que, em uma delegacia, seja necessário compartilhar um local de armazenamento de arquivos, de modo que agentes e delegado acessem e armazenem arquivos que sejam sincronizados e acessíveis em qualquer dispositivo. Nesse caso, a contratação de serviço de armazenamento na nuvem, como iCloud, Google Drive, Dropbox, entre outros, atenderia aos requisitos e facilitaria o compartilhamento para todos os envolvidos.
- 23 No Windows 10, caso haja necessidade de sincronizar tema e senha associados à conta do usuário, é possível escolher a opção Sincronizar configurações, nas configurações de conta do aplicativo Configurações, a qual, uma vez ativada, permite a sincronização dessas definições em todos os dispositivos Windows 10 em que o usuário iniciar a sessão com a sua conta Microsoft.
- 24 No Windows 10, o Windows Defender SmartScreen protege o computador contra conteúdo não seguro da Web, assim como contra *softwares* mal-intencionados, e envia dados à Microsoft sobre os *sites* que o usuário acessa bem como sobre os arquivos baixados.
- 25 As nomenclaturas de arquivo `Arquivo1*.docx`, `arquivo2<.pdf` e `arquivo:3.xlsx` não são aceitas no Windows 11.

Em relação a segurança na Internet, periféricos de computadores, computação em nuvem e editores de texto e planilhas eletrônicas, julgue os seguintes itens.

- 26 Suponha que seja necessário criar, na última página de determinado boletim de ocorrência elaborado no Microsoft Word 365, um vínculo, sob a forma de *link*, com um gráfico inserido no início do boletim, de modo que, ao clicar nesse *link*, o usuário seja direcionado até o gráfico. Nessa situação, esse vínculo pode ser criado, no Microsoft Word 365, por meio da funcionalidade Referência cruzada, que permite o acesso direto a outras partes do documento por meio de *links*.
- 27 No Windows 11, o Microsoft Defender Antivírus é usado como o principal aplicativo para a realização de varreduras de *malwares*, por meio da verificação contínua de arquivos e pela realização de *backups* como prevenção de perda no caso de ataque por *ransomware*.
- 28 Embutida dentro dos processadores modernos, a memória *buffer* minimiza o desequilíbrio de velocidade entre o processador e a memória principal e, por meio do armazenamento dos dados e das instruções mais frequentemente utilizadas pelo processador, permite que estes sejam acessados mais rapidamente.
- 29 Considere que um agente de polícia tenha de enviar arquivos, por meio da Internet, da rede da delegacia para o diretório do Instituto de Medicina Legal (IML), o qual é configurado em nuvem sob a forma de IaaS. Nesse caso, para evitar o *phishing*, que é a infecção de arquivos por *spyware*, o referido agente deve proceder à varredura, por meio de antivírus, da rede da delegacia antes de gravar os arquivos na nuvem do IML.
- 30 Considere a próxima planilha, criada no Microsoft Excel 365.

	A	B
1	Código	Nome
2	3	Praia do Gunga
3	7	Praia de Antunes
4	2	Praia do Francês
5	5	Praia do Toque
6	1	Praia de Pajuçara
7	6	Pontal do Coruripe
8	4	Praia do Patacho

Suponha que o usuário tenha selecionado somente as células de B2 a B8 na coluna B; em seguida, selecionado a opção



na guia Dados; e, por fim, escolhido a opção Continuar com a seleção atual no aviso de classificação. Nessa situação, ao se realizar a classificação, é obtido o resultado expresso na planilha a seguir.

	A	B
1	Código	Nome
2	1	Praia do Gunga
3	2	Praia de Pajuçara
4	3	Pontal do Coruripe
5	4	Praia do Toque
6	5	Praia do Francês
7	6	Praia do Patacho
8	7	Praia de Antunes

Espaço livre